

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº 42.520.171/0001-91 – Empresa do Sistema Petrobras

Relatório da Administração 2018

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2018 foi marcado pela continuidade da recuperação econômica do país que já dá sinais de incremento de atividade nos mais diversos setores, o que proporciona um ambiente positivo para a retomada do crescimento. Internamente, trabalhamos para melhorar os nossos processos e na adequação da empresa à Lei nº 13.303/16 e seus desdobramentos. A Companhia segue seu modelo de negócios baseado na proximidade de gestão de suas participações, através da indicação de administradores, foco em melhores práticas em segurança, meio ambiente e saúde e controle de custos. A estratégia da Companhia tem se provado eficaz e uma opção rentável para os acionistas controladores.

A Petrobras Gás S.A. – Gaspetro é uma sociedade, cujos sócios são a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (51%) e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. (49%). A empresa detém participação em 19 Concessionárias de Distribuição de Gás Natural canalizado, sendo 14 em operação e 5 em fase pré ou parcialmente operacional.

- Diretoria Executiva:** órgão de administração geral da Companhia, formada por quatro membros (Diretor Presidente, Diretor Operacional, Diretor Financeiro e Diretor Corporativo) e eleita pelo Conselho de Administração. Em 2018 foram realizadas 56 (cinquenta e seis) reuniões, tendo sido deliberados assuntos relativos às CDLs nas quais a Gaspetro possui participação, além de temas associados à própria atividade e estrutura da Gaspetro;
- Conselho Fiscal:** órgão de funcionamento permanente formado por três membros, eleitos em Assembleia Geral Ordinária, cuja competência está definida na Lei das S.A. e no Estatuto Social da Companhia. É um órgão fiscalizador e opinativo. Em 2018 foram realizadas 11 (onze) reuniões deste colegiado;
- Comitê de Auditoria Estatutário (CAE):** formado por três membros independentes e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no exercício de suas funções e manifestar-se sobre: (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações financeiras, (ii) a efetividade dos processos de controles internos para a produção de relatórios financeiros e (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e dos auditores internos. O CAE da Gaspetro iniciou as suas atividades em outubro de 2018, tendo realizado 6 (seis) reuniões durante o último trimestre daquele exercício;
- Comitê de Elegibilidade Estatutário:** formado por três membros e vinculado diretamente ao Conselho de Administração. Tem como atribuição auxiliar na verificação da conformidade do processo de indicação e na avaliação dos administradores e conselheiros fiscais indicados para atuar na Gaspetro e nas CDLs. O Comitê foi criado em junho de 2018 e iniciou suas atividades em julho, tendo realizado 17 (dezesete) reuniões durante o segundo semestre de 2018.

O Conselho de Administração conta, ainda, com uma Auditoria Interna permanente, que avalia as atividades e controles internos e realiza auditorias na controlada e nas coligadas da Gaspetro.

A Gaspetro adota as melhores práticas de governança corporativa, utiliza instrumentos de gestão empresarial, de gestão de risco e *compliance* e, adicionalmente, também passou a adotar as políticas e procedimentos anticorrupção dos acionistas Petrobras e Mitsui Gás.

Em complemento a esses mecanismos, a Gaspetro utiliza, também, serviços de auditoria externa independente, cujo objetivo é verificar e atestar a exatidão das demonstrações contábeis da Companhia.

Adicionalmente, atuamos em conformidade com a Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei nº 12.527/11), que regulamenta o direito à informação, garantido pela Constituição Federal, obrigando a Administração Pública Direta e Indireta das três esferas de Poder a considerar a publicidade como regra e o sigilo como exceção.

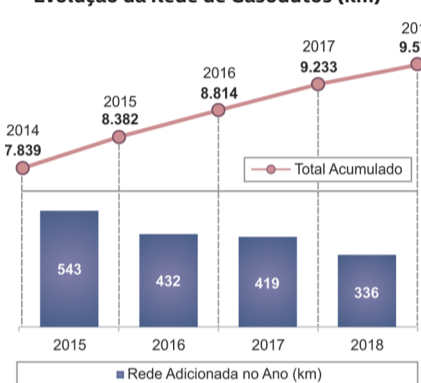
Com o objetivo de facilitar o acesso às informações, a Gaspetro utiliza o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC do acionista Petrobras.

No ano de 2018, foi recebida 1 (uma) manifestação através do canal da Ouvidoria, para a qual foi dado tratamento tempestivo.

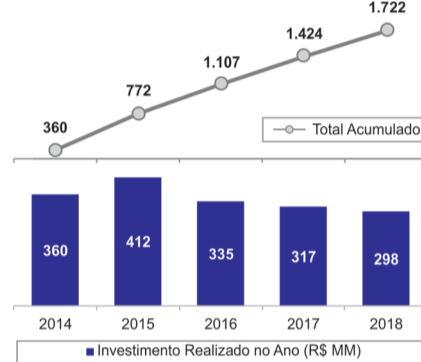
4. EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL

As 19 distribuidoras de gás natural da Gaspetro investiram aproximadamente R\$ 1,7 bilhão, ao longo dos últimos cinco anos, atingindo as marcas de 9.570 quilômetros de gasodutos construídos e uma base de mais de 448 mil clientes, tendo como resultado a comercialização de 20,9 milhões de m³ de gás natural por dia em 2018. O volume não térmico cresceu 6% em relação ao ano de 2017, enquanto o volume térmico apresentou queda de 41% em função da redução do despacho térmico, sendo este o principal fator para a queda de 11% verificada no volume total comercializado no ano. A evolução dos indicadores das distribuidoras com participação da Gaspetro está representada no conjunto de gráficos a seguir.

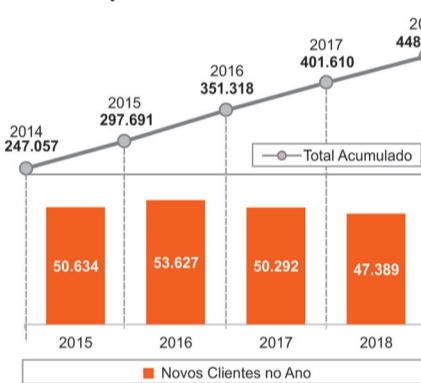
Evolução da Rede de Gasodutos (km)



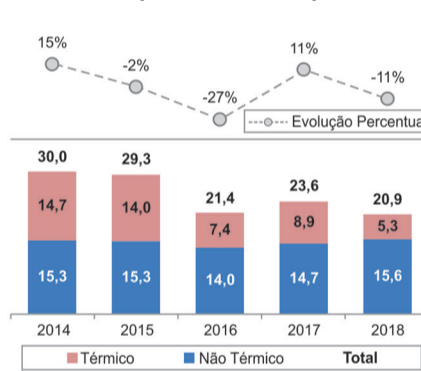
Investimentos Realizados no Período (R\$ milhões)



Evolução do Número de Clientes



Volume Comercializado (milhões de m³/dia)



As Companhias Distribuidoras Locais (CDLs) com participação da Gaspetro venderam aproximadamente 21 milhões de m³/dia, o que representou uma participação de 39% no volume comercializado pelas distribuidoras nos mercados térmico e não térmico em 2018.

Mantendo uma política permanente de expansão da malha de distribuição de gás natural, alinhada com as regras dos seus respectivos contratos de concessão, nossas CDLs investiram no ano um montante de R\$ 298 milhões, o que permitiu a construção de 336 km de novas redes e a adição de 47 mil novos clientes a nossa base. Hoje a malha de gasodutos construída e operada pelas CDLs com participação da Gaspetro já atinge 9.570 km e superamos a marca de 440 mil clientes atendidos em 263 municípios, nos diversos estados onde atuamos.

O Lucro Líquido da Gaspetro em 2018 foi de R\$ 271 milhões, com geração de EBITDA de R\$ 264 milhões. Este resultado, entre outros fatores, é fruto do permanente aprimoramento dos mecanismos de governança e da busca da melhor eficiência operacional nas CDLs.

Para o próximo ano, as distribuidoras com participação da Gaspetro projetam a expansão dos negócios, com investimentos de mais de R\$ 440 milhões, necessários para sustentar o crescimento da infraestrutura, da base de clientes e estimular a ampliação do mercado de gás natural no médio e longo prazo.

Estamos certos de que os desafios para os próximos anos serão grandes e que nossas CDLs estão prontas para superá-los à altura, graças à competência das pessoas que formam este time de aproximadamente 2.000 colaboradores comprometidos e alinhados com os propósitos das suas empresas, e principalmente ao atendimento das necessidades dos nossos clientes.

O nosso plano estratégico, elaborado ao longo de 2018, possibilitou o alinhamento com a visão dos nossos acionistas e a definição de estratégias claras para o negócio. Neste sentido, continuaremos a atuar no processo de mudanças relevantes no arcabouço legal e regulatório do segmento de gás natural no país. Estaremos prontos para contribuir com nossa expertise visando ao amadurecimento e crescimento do mercado de gás natural brasileiro. A indústria de gás natural reúne as condições favoráveis para se posicionar como importante elemento de transição para um mercado de "baixo carbono". Formada por uma equipe altamente qualificada e comprometida com resultados, a Companhia investe na valorização de seu capital humano e no incentivo à inovação em seus processos, sistemas e tecnologias.

Por fim, agradecemos a todas as pessoas das equipes da Gaspetro e das nossas CDLs pelo trabalho realizado e aos clientes das distribuidoras, sem os quais não teríamos atingido o resultado obtido em 2018.

2. A GASPETRO

A Petrobras Gás S.A. – Gaspetro é uma companhia de capital fechado que tem como acionistas a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (51%) e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. (49%). Essa configuração societária iniciou-se a partir da alienação parcial das ações, detidas pela Petrobras, em processo concluído em 28/12/2015, através da assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

Atualmente, fruto da citada alienação parcial das ações detidas pela Petrobras, o capital social da Gaspetro passou a ser distribuído da seguinte forma:

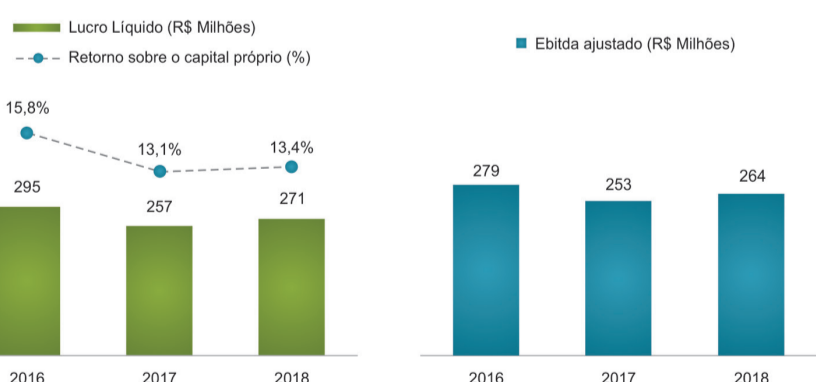
ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS			AÇÕES PREFERENCIAIS (TOTAL (CLASSE "A" + "B"))			TOTAL GERAL		
	QTDE	VALOR R\$	%	QTDE	VALOR R\$	%	QTDE	VALOR R\$	%
Petrobras	56.607	334.314.138,11	51,00%	2	11.811,76	100,00%	56.609	334.325.949,87	51,001%
Mitsui Gás	54.386	321.197.179,07	49,00%	0	-	0,00%	54.386	321.197.179,07	48,999%
TOTAL	110.993	655.511.317,18	100,00%	2	11.811,76	100,00%	110.995	655.523.128,94	100,00%

A Gaspetro controladora apresentou lucro líquido de R\$ 270.711 mil, 6% superior ao apurado no mesmo período de 2017, R\$ 256.561 mil, em função do aumento no resultado das participações de R\$ 19.274 mil, com destaque para: reversão da despesa de *take or pay* na Compagas em dezembro de 2017, capturada apenas em 2018 devido a consolidação das demonstrações contábeis das distribuidoras com 30 (trinta) dias de defasagem temporal; inclusão do Encargo de Capacidade (EC) e do Preço do Gás de Ultrapassagem (PGU) no custo da Gas Brasileiro, impactando positivamente a tarifa; e melhores resultados da Ceg-Rio e Potigás.

Parte deste efeito foi compensado pelos seguintes fatores:

- Diminuição do resultado operacional em R\$ 8.163 mil devido ao impacto do *impairment* de título da dívida agrária; baixa de depósitos judiciais e reversão de receitas incorridas na Gaspetro, que atingiu o montante de R\$ 4.589 mil; despesa extraordinária de R\$ 2.376 mil em 2018 decorrente do acordo de cooperação técnica para desenvolver estudos sobre o mercado de gás natural; e baixa para resultado dos novos aportes nas companhias distribuidoras de gás natural canalizado;
- Menor resultado financeiro de R\$ 3.460 mil decorrente principalmente da diminuição de saldos e taxas bancárias no valor de R\$ 3.074 mil, redução de receitas financeiras no montante de R\$ 1.921 mil e fim da concessão de fianças idôneas, R\$ 361 mil. Esses efeitos foram compensados em parte pela redução das despesas com atualização de dividendos no valor de R\$ 1.872 mil.

Os gráficos a seguir apresentam a evolução do lucro líquido e retorno sobre o capital próprio, bem como o *Ebitda* ajustado da controladora nos últimos 3 anos.



3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em 30 de junho de 2016, foi promulgada a Lei nº 13.303/16, também conhecida como a Lei das Estatais, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, abrangendo toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, ainda que a atividade econômica esteja sujeita ao regime de monopólio da União ou seja de prestação de serviços públicos.

Em 27 de dezembro de 2016, a Presidência da República editou o Decreto Federal nº 8.945, que regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303/16. A Gaspetro, por ser subsidiária da Petrobras, está sujeita aos ditames dos mencionados dispositivos legais.

Assim, visando à adequação do Estatuto Social da Companhia às mencionadas normas legais, foi realizada Assembleia Geral de Acionistas, em 29/06/2018, aprovando a reforma e consolidação do Estatuto Social da Gaspetro. O documento foi submetido, previamente, à apreciação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST.

Dentre as adequações realizadas destacam-se: os prazos de gestão e de atuação do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da Companhia, criação dos Comitês Estatutários obrigatórios (Comitê de Auditoria Estatutário e Comitê de Elegibilidade Estatutário), fixação de novas competências da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva e previsão das áreas de Conformidade e Gerenciamento de Riscos.

A Lei nº 13.303/16 também trouxe orientação de criação de Políticas para a melhoria da governança das empresas estatais, com prazo limite de implantação previsto para 30 de junho de 2018. A Gaspetro aprovou internamente, de forma tempestiva, todas as Políticas previstas na lei.

A estrutura de Governança atual da Gaspetro é formada pelos seguintes órgãos estatutários:

- Conselho de Administração:** é o órgão de direção superior da Companhia, formado por sete membros que se reúnem ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário. O Conselho tem como atribuições principais definir as diretrizes estratégicas da Gaspetro e supervisionar os atos de gestão da Diretoria Executiva. Em 2018 foram realizadas 13 (treze) reuniões do colegiado;

Dentre as principais realizações das companhias distribuidoras no ano pode-se destacar:

- A Ceg Rio comercializou 5,4 milhões m³/dia de gás natural sendo 42% no mercado não térmico e 58% para o mercado térmico;
- A Bahiagás comercializou 3,8 milhões de m³/dia de gás natural para o mercado não térmico, apresentando um crescimento de 6% em relação a 2017;
- A Gas Brasileiro liderou a expansão de rede, ampliando em 61 km o seu sistema de distribuição;
- A Sulgás e a Copergás incorporaram, respectivamente, 6.502 e 6.159 novos clientes este ano, sendo as distribuidoras com maior expansão do número de clientes este ano dentre as companhias distribuidoras de gás com participação acionária da Gaspetro.

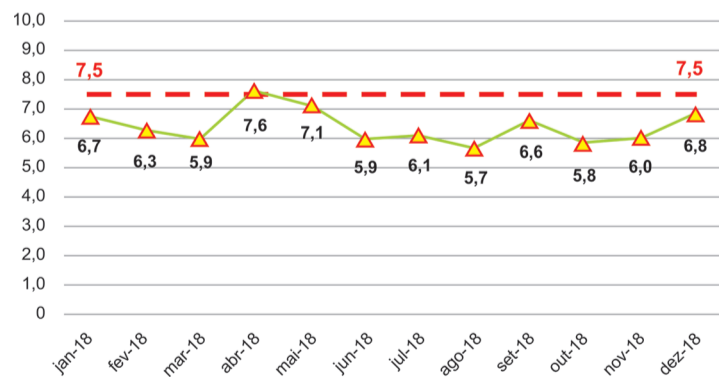
2. SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE

A Gaspetro define o respeito ao Meio Ambiente e a garantia da Saúde e Segurança de seus colaboradores, dos colaboradores de suas coligadas e controlada, bem como de todas as partes envolvidas nas atividades de distribuição de gás natural canalizado, como um valor fundamental em suas operações, processos, relacionamentos e em todas as atividades previstas em seu Plano Estratégico. Para tanto, a gestão da Segurança, Meio Ambiente e Saúde do Trabalho (SMS) é conduzida com fulcro nas 15 Diretrizes de SMS do Sistema Petrobras.

Com base em tais requisitos, foi conduzido em 2018 um plano de ações contemplando o acompanhamento mensal na Diretoria Executiva e no Conselho de Administração dos indicadores de SMS do sistema Gaspetro, incluindo a avaliação de todas as empresas do sistema quanto à aderência de seus processos às 15 diretrizes. Além disso, foi realizado treinamento do corpo gerencial e da alta administração em Auditorias Comportamentais, uma auditoria comportamental em coligada e análise gerencial e técnica de todos os acidentes com afastamento ocorridos em 2018, com a implementação de medidas preventivas decorrentes de tal análise.

Dentro do monitoramento dos indicadores de acidentes, a taxa de ocorrências registráveis (TOR) terminou 2018 dentro dos limites de alerta definidos para o sistema Gaspetro, conforme evolução apresentada no gráfico a seguir. Em relação a confiabilidade e eficácia das operações das redes de distribuição, realizadas pelas empresas do sistema, os resultados apresentados indicam que as operações das redes transcorreram com continuidade e eficiência, com atendimento adequado às ocorrências.

TOR - GASPETRO



As ações de Segurança, Meio Ambiente e Saúde serão ampliadas e aperfeiçoadas no ano de 2019, no intuito de manter os indicadores dentro dos limites de alerta e consolidar ainda mais a cultura de SMS e os valores da Gaspetro nas atividades de seus colaboradores e dos colaboradores de suas empresas coligadas e controlada, dentro dos preceitos das relações societárias e regulatórias das empresas.

3. GESTÃO DE RISCOS

A Gaspetro possui Política de Gestão de Riscos Empresariais, aprovada por seu Conselho de Administração, onde adotamos uma abordagem abrangente da gestão de riscos que não se resume apenas à visão econômico-financeira tradicional dos riscos, mas incorpora também elementos de preservação da vida, da saúde, dos nossos direitos, processos, patrimônio e da nossa imagem e reputação.

Nossa Política de Gestão de Riscos Empresariais tem como princípios fundamentais o respeito à vida em toda a sua diversidade, a atuação ética e em conformidade com requisitos legais e regulatórios, bem como alinhamento e coerência com o nosso Plano Estratégico, com a gestão integrada de riscos e com a orientação de ações de resposta a risco voltadas à agregação ou preservação de valor aos acionistas.

Busca-se, assim, fortalecer a filosofia de gestão de riscos como parte da cultura empresarial da companhia; aproveitar as oportunidades e antecipar-se às ameaças que afetam nossos objetivos estratégicos, econômico-financeiros, operacionais ou de conformidade; gerenciar, de forma proativa e abrangente, os riscos associados aos processos de negócio e de gestão, de forma a mantê-los em um nível tolerável de exposição; e empreender ações de gerenciamento de risco de forma eficaz, eficiente e efetiva.

A Gaspetro tem o compromisso de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos, considerando os riscos em suas decisões e as ações de resposta orientadas para a preservação ou agregação de valor com foco na continuidade dos negócios.

A Gaspetro realizou o seu mapeamento de riscos e faz o acompanhamento dos mesmos por meio de plano de ação. Não houve, em relação ao último exercício social, alterações significativas nos principais processos e riscos a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº 42.520.171/0001-91 – Empresa do Sistema Petrobras

Balanco Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017	2018	2017
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	28.539	53.742	27.517	48.308	Fornecedores	14	50.739	35.141	10.187	10.122
Contas a receber, líquidas	8	245.311	180.386	96.361	67.647	Imposto de renda e contribuição social	16.1	–	1.031	–	1.031
Impostos e contribuições	16.1	30.845	26.035	25.309	25.239	Impostos e contribuições	16.1	14.003	15.937	6.129	6.200
Outros ativos circulantes		2.988	2.551	18	–	Dividendos propostos	17.5	–	227	–	227
		<u>307.683</u>	<u>262.715</u>	<u>149.205</u>	<u>141.194</u>	Juros sobre capital próprio a pagar	17.5	25.500	17.000	25.500	17.000
						Outras contas e despesas a pagar		<u>9.418</u>	<u>8.301</u>	<u>118</u>	<u>16</u>
								<u>99.660</u>	<u>77.637</u>	<u>41.934</u>	<u>34.596</u>
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Provisão para processos judiciais	22.1	8.731	10.143	–	–
Contas a receber, líquidas	8	2.462	28.732	1.215	–	Imposto de renda e contrib. social diferidos	16.2	–	1.179	–	1.179
Depósitos judiciais	22.2	2.806	5.108	2.806	3.842	Obrigações estatutárias	17.4b	103.539	106.456	103.539	106.456
Imposto de renda e contrib.social diferidos	16.2	57.128	61.054	1.369	–	Outras contas e despesas a pagar		<u>401</u>	<u>807</u>	<u>–</u>	<u>–</u>
Impostos e contribuições	16.1	9.005	5.892	–	–			<u>112.671</u>	<u>118.585</u>	<u>103.539</u>	<u>107.635</u>
Ativo financeiro de concessão	9	44.132	35.602	–	–			<u>212.331</u>	<u>196.222</u>	<u>145.473</u>	<u>142.231</u>
Impostos em litígio	22.4	106.820	104.681	106.820	104.681						
Títulos e valores mobiliários						Patrimônio líquido	17				
	13	996	4.439	996	4.439	Capital social realizado		655.522	655.522	655.522	655.522
Outros ativos realizáveis a longo prazo		84	182	–	–	Transações de capital		910.736	910.736	910.736	910.736
		<u>223.433</u>	<u>245.690</u>	<u>113.206</u>	<u>112.962</u>	Reserva de capital		560	560	560	560
Investimentos	10	1.394.621	1.342.963	1.896.338	1.843.268	Reservas de lucros		445.695	386.486	446.969	388.541
Imobilizado	11	2.430	3.212	136	166	Ajuste de Avaliação Patrimonial		<u>(375)</u>	<u>–</u>	<u>(375)</u>	<u>–</u>
Intangível	12	296.302	294.946	–	–			<u>2.012.138</u>	<u>1.953.304</u>	<u>2.013.412</u>	<u>1.955.359</u>
		<u>1.693.353</u>	<u>1.641.121</u>	<u>1.896.474</u>	<u>1.843.434</u>			<u>2.224.469</u>	<u>2.149.526</u>	<u>2.158.885</u>	<u>2.097.590</u>
		<u>2.224.469</u>	<u>2.149.526</u>	<u>2.158.885</u>	<u>2.097.590</u>						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2018	2017	2018	2017
Receita de vendas e serviços	18	417.680	355.747	–	–
Custo dos produtos e serviços vendidos	20	<u>(350.517)</u>	<u>(285.913)</u>	–	–
Lucro bruto		67.163	69.834	–	–
Receita de construção da infraestrutura	4.12	32.664	21.101	–	–
Custo da construção da infraestrutura	4.12	<u>(32.664)</u>	<u>(21.101)</u>	–	–
Lucro bruto após construção da infraestrutura		67.163	69.834	–	–
Receitas (despesas)					
Vendas	20	(10.711)	(13.620)	–	–
Gerais e administrativas	20	(64.719)	(60.686)	(43.760)	(41.266)
Tributárias	20	(4.312)	(1.285)	(457)	(997)
Outras receitas (despesas), líquidas	19	<u>(3.961)</u>	<u>952</u>	<u>(4.680)</u>	<u>674</u>
		<u>(83.703)</u>	<u>(74.639)</u>	<u>(48.897)</u>	<u>(41.589)</u>
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos		<u>(16.540)</u>	<u>(4.805)</u>	<u>(48.897)</u>	<u>(41.589)</u>
Resultado financeiro líquido	21	<u>26.921</u>	<u>29.255</u>	<u>5.568</u>	<u>9.029</u>
Receitas financeiras		16.269	21.026	4.726	8.434
Despesas financeiras		(366)	(364)	(2)	(9)
Variações monetárias e cambiais líquidas		11.018	8.593	844	604
Resultado de participações em investimentos	10.2	<u>268.099</u>	<u>254.155</u>	<u>311.567</u>	<u>293.174</u>
Lucro antes dos impostos		<u>278.480</u>	<u>278.605</u>	<u>268.238</u>	<u>260.614</u>
Imposto de renda e contribuição social	16.3	<u>(6.988)</u>	<u>(21.408)</u>	<u>2.473</u>	<u>(4.053)</u>
Lucro do exercício		<u>271.492</u>	<u>257.197</u>	<u>270.711</u>	<u>256.561</u>
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	17.6	2,45	2,32	2,44	2,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro do exercício	271.492	257.197	270.711	256.561
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício:				
Resultado de participações em investidas	(272.333)	(254.155)	(318.021)	(299.391)
Depreciação e amortização	17.262	16.702	1.678	1.650
Perdas de crédito esperadas	(5.012)	3.659	–	–
Provisão para perdas com processos judiciais	(1.412)	515	–	–
Baixa processo judicial	1.213	–	1.213	–
Perdas por Desvalorização de Ativos (<i>Impairment</i>)				
	2.858	560	2.858	560
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros não realizados e outras	1.282	(1.160)	(251)	(805)
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(7.002)	(14.554)	(2.141)	(6.411)
Imposto de renda e contribuição social, líquidos	6.988	21.408	(2.473)	4.053
Redução (aumento) de ativos				
Contas a receber	(20.691)	72.466	1.351	17.757
Outros ativos	1.556	(1.868)	514	(945)
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores	15.643	(3.298)	110	(104)
Impostos e contribuições	(2.565)	(17.949)	(7.266)	(7.143)
Outros passivos	338	(6.583)	(677)	(81)
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades operacionais	9.617	72.940	(52.394)	(34.299)
Atividades de investimentos				
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(17.837)	(22.714)	(47)	(126)
Aportes em participações	(854)	(620)	(854)	(620)
Resgate (investimentos) em recebíveis de ativos financeiros	(11.533)	5.387	5.334	21.368
Dividendos recebidos	181.082	221.169	220.597	281.208
Recursos líquidos gerados nas atividades de investimentos	150.858	203.222	225.030	301.830
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos pagos a acionistas da Gaspetro	<u>(193.427)</u>	<u>(219.222)</u>	<u>(193.427)</u>	<u>(219.222)</u>
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	<u>(193.427)</u>	<u>(219.222)</u>	<u>(193.427)</u>	<u>(219.222)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	<u>(32.952)</u>	<u>56.941</u>	<u>(20.791)</u>	<u>48.309</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	53.742	3.199	48.308	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>28.539</u>	<u>53.742</u>	<u>27.517</u>	<u>48.308</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Reserva de capital		Reservas de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora	Ativo diferido	Total do patrimônio líquido consolidado	
	Capital subscrito e integralizado	Transações de capital	Incentivos fiscais	Legal	Dividendos adicionais propostos	Reserva especial					Lucros Acumulados
Saldo em 1º de dezembro de 2017	655.522	910.736	560	106.009	56.035	138.601	–	1.867.463	(2.691)	1.864.772	
Dividendos adicionais aprovados (R\$ 0,50/ação)	–	–	–	–	(56.035)	–	–	(56.035)	–	(56.035)	
Realização de reserva especial (R\$ 0,36/ação)	–	–	–	–	–	(40.000)	–	(40.000)	–	(40.000)	
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	256.561	–	256.561	636	257.197	
Destinações do lucro líquido do exercício:											
Apropriações do lucro líquido em reservas	–	–	–	12.828	–	65.903	(78.731)	–	–	–	
Apropriações do lucro líquido em obrigações	–	–	–	–	–	–	(2.403)	–	–	(2.403)	
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,95/ação)	–	–	–	–	105.200	–	(105.200)	–	–	–	
Dividendos e juros sobre capital próprio (R\$ 0,63/ação)	–	–	–	–	–	–	(70.227)	–	–	(70.227)	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>655.522</u>	<u>910.736</u>	<u>560</u>	<u>118.837</u>	<u>105.200</u>	<u>164.504</u>	<u>–</u>	<u>1.955.359</u>	<u>(2.055)</u>	<u>1.953.304</u>	
Dividendos adicionais aprovados (R\$ 0,95/ação)	–	–	–	–	(105.200)	–	–	(105.200)	–	(105.200)	
Realização de reserva especial (R\$ 0,19/ação)	–	–	–	–	–	(21.000)	–	(21.000)	–	(21.000)	
Resultado abrangente	–	–	–	–	–	–	(375)	(375)	–	(375)	
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	270.711	–	270.711	781	271.492	
Destinações do lucro líquido do exercício:											
Apropriações do lucro líquido em reservas	–	–	–	12.268	–	69.760	(82.028)	–	–	–	
Reversão da apropriação de lucros em obrigações	–	–	–	–	–	–	3.995	–	–	3.995	
Apropriações do lucro líquido em obrigações	–	–	–	–	–	–	(1.078)	–	–	(1.078)	
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,92/ação)	–	–	–	–	102.600	–	(102.600)	–	–	–	
Dividendos e juros sobre capital próprio (R\$ 0,80/ação)	–	–	–	–	–	–	(89.000)	–	–	(89.000)	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>655.522</u>	<u>910.736</u>	<u>560</u>	<u>131.105</u>	<u>102.600</u>	<u>213.264</u>	<u>(375)</u>	<u>2.013.412</u>	<u>(1.274)</u>	<u>2.012.138</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado		Controladora		Distribuição do valor adicionado	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017		2018	2017	2018	2017
Receitas					Pessoal e administradores				
Vendas de produtos, serviços e outras receitas	552.111	464.461	1	1.538	Salários e participações	46.961	47.270	29.947	30.658
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	362	(3.659)	–	–	Benefícios	2.315	2.023	92	12
Receitas relativas à construção de ativos para uso	<u>29.111</u>	<u>21.101</u>	<u>–</u>	<u>–</u>	FGTS	<u>908</u>	<u>761</u>	<u>133</u>	<u>7</u>
	581.584	481.903	1	1.538		50.184	50.054	30.172	30.677
Insumos adquiridos de terceiros					Tributos				
Produtos para revenda	(338.460)	(247.290)	–	–	Federais	69.539	46.118	4.922	11.267
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(36.651)	(56.161)	(11.854)	(8.694)	Estaduais	<u>82.341</u>	<u>43.760</u>	<u>–</u>	<u>–</u>
Perda/Recuperação de valores ativos	(3.712)	(1.180)	(3.712)	(1.180)		151.880	89.878	4.922	11.267
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	–	(43.020)	–	–	Instituições financeiras e fornecedores				

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº 42.520.171/0001-91 – Empresa do Sistema Petrobras

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado em de outra forma)

1. A Companhia e suas operações

A Petrobras Gás S.A. - Gaspetro (denominadas, em conjunto, "Gaspetro" ou a "Companhia"), tem por objeto a participação em sociedades em distribuidoras de gás natural canalizado, as quais desempenhem as atividades de distribuição, importação, exportação, armazenamento e comercialização de gás natural. A sede social da Companhia está localizada no Rio de Janeiro - RJ.

Dentre os projetos que têm participação, convergente com a sua missão de promover o desenvolvimento do mercado de gás natural e a expansão da infraestrutura de distribuição, destaca-se a controlada GasBrasiliano Distribuidora S.A., além de participações societárias (empreendimentos controlados em conjunto) em companhias estaduais distribuidoras de gás natural canalizado, descritas na nota explicativa 10.1.

Essa controlada mantém transações relevantes com a controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto.

2. Cisão parcial da Companhia em 2015

Em dezembro de 2015, houve uma cisão parcial da Gaspetro, vertendo os ativos e passivos não relacionados aos negócios relacionados ao segmento de distribuição de gás natural para a Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás.

Essa alteração precedeu o processo de alienação de 49% das ações da Gaspetro, detidas pela Petrobras, para a Mitsui Gás, formalizado através de um Contrato de Compra e Venda de Ações ("CCVA").

Apesar dessa delimitação no objeto social da Companhia, alguns ativos permaneceram registrados na Gaspetro devido a impossibilidade de desvinculação e foram classificados como "Ativos Excluídos", que são atualizados monetariamente de acordo com suas respectivas características e produzem efeitos financeiros periodicamente vertidos através de destinação para reserva estatutária, beneficiando o acionista Petrobras, que é único detentor das ações preferenciais (Nota explicativa 17.4 "b").

3. Base de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas diferem exclusivamente pela manutenção de saldo no Ativo Diferido em companhias afiliadas, que é permitido pelas práticas brasileiras atuais (Pronunciamento Técnico CPC 13), acarretando diferença entre a controladora e o consolidado com relação ao resultado, quando há amortização, e ao patrimônio líquido da Companhia. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada, em 8 de abril de 2018, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

3.1. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

3.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Gaspetro e de sua controlada é o real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação.

4. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis apresentadas.

4.1. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem informações da Gaspetro e de sua controlada.

O controle é obtido quando a Gaspetro possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

As empresas controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia.

A nota explicativa 10.1 apresenta a Companhia consolidada, juntamente com os demais investimentos diretos.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, complementada com as eliminações das operações realizadas entre empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

4.1.1. Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido do consolidado com o da controladora

	Patrimônio líquido		Lucro líquido	
	2018	2017	2018	2017
Consolidado - IFRS / CPC	2.012.138	1.953.304	271.492	257.197
Saldo (amortização no exercício) do ativo diferido	1.274	2.055	(781)	(636)
Controladora - CPC	<u>2.013.412</u>	<u>1.955.359</u>	<u>270.711</u>	<u>256.561</u>

4.2. Instrumentos financeiros

4.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

4.2.2. Contas a receber

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida com uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia reconhece as perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas. Esse reconhecimento leva em consideração os níveis históricos de inadimplência, indicadores internos, bem como as incertezas do contexto macroeconômico (inflação, taxas de juros, cenários de retração nas linhas de crédito, nível de emprego, massa salarial, etc.), conforme previsto no CPC 48 (IFRS 9).

4.3. Investimentos societários

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. A definição de controle é apresentada na nota explicativa 4.1.

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Enquanto em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

Nas demonstrações individuais, os investimentos em entidades Coligada, Controladas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua Coligada, Empreendimento Controlado em Conjunto e Controlada.

Os dividendos recebidos provenientes desses investimentos societários são registrados como uma redução do valor dos respectivos investimentos.

4.4. Combinação de negócios e goodwill

O método de aquisição é aplicado para as transações onde ocorre a obtenção de controle. Transações envolvendo empresas sob controle comum não configuram uma combinação de negócios.

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. O montante pago, acima desse valor deve ser reconhecido como ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). Quando o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, um ganho proveniente de compra vantajosa é reconhecido no resultado.

4.5. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal.

Os outros bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que estão demonstradas por classe de ativo na nota explicativa 11.

4.6. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). É composto por direitos e concessões que incluem, principalmente, concessões de serviços públicos, além de softwares e ágio (mais valia) decorrente de aquisição de participação com controle. Nas demonstrações contábeis individuais, este ágio é apresentado no investimento.

4.7. Ativo financeiro de concessão

No final do período de concessão da distribuição do gás, os bens e instalações vinculados ao serviço serão revertidos ao Poder Concedente, mediante indenização. A Companhia terá o direito de ressarcimento relativo aos investimentos realizados, observados os valores contábeis residuais e a data de sua incorporação ao patrimônio do Estado. Esses valores residuais são apresentados ao valor presente.

4.8. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

A Companhia avalia anualmente os ativos imobilizado, intangível e investimentos societários a fim de identificar indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), oriundos de uma combinação de negócios, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos, considerando as melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado pela Petrobras, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor do ágio (*goodwill*).

4.9. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos incluindo benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém passivos contingentes são objetos de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

4.10. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se as alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecimentos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, na data do período que está sendo reportado. Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção em que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Quando da existência de ativo fiscal diferido líquido, situação esta que ocorre quando o valor do ativo fiscal diferido supera o valor reconhecido como passivo fiscal diferido, relacionados ao mesmo ente contribuinte, o reconhecimento baseia-se em estudo técnico de rentabilidade futura, aprovado pela Administração da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados mediante aplicação das alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado e são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributo sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

4.11. Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais.

Quando proposta pela Companhia a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia, sendo o benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio reconhecido no resultado do exercício em que é deliberado.

A política de dividendos da Companhia está descrita na nota explicativa 17.5.

4.12. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre vendas e serviços.

A receita pela venda de gás natural é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade do gás são transferidos para o consumidor. Portanto, a Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao consumidor. Assim sendo, a Companhia reconhece como receita, o volume de gás efetivamente fornecido no mês, cujo faturamento aos clientes ocorrerá, parte no próprio mês e parte no mês subsequente, respeitando-se a provisão dos valores no regime de competência.

Conforme o ICPC 01 (R1), os valores investidos na construção da infraestrutura necessária para a distribuição do gás canalizado, registrados no ativo intangível, devem ser considerados como serviço prestado ao Poder Concedente. No momento da entrada em operação da infraestrutura é realizada a contabilização da receita pelo mesmo valor do investimento como serviço prestado ao Poder Concedente, ou seja, não há nenhuma margem para construção da infraestrutura.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e títulos públicos, despesas com juros sobre empréstimos concedidos e financiamentos, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

4.13. Mudanças nas principais políticas contábeis

IFRS 15 (CPC 47) - Receitas de contratos com clientes

O IFRS 15 (CPC 47) estabeleceu um novo modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. Este pronunciamento substituiu as orientações anteriores para o reconhecimento da receita presentes no IAS 18 (CPC 30 (R1)) - Receitas, IAS 11 (CPC 17 (R1)) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, e se tornou efetivo a partir de 01/01/2018.

De acordo com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

Os Administradores da Gaspetro e das suas investidas avaliaram as principais fontes de receita da entidade e entenderam que as mesmas deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado. Portanto, a companhia manterá o mesmo tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes.

Neste sentido, a Administração da entidade e suas investidas não identificaram impactos significativos na aplicação do IFRS 15 (CPC 47) sobre a posição patrimonial e financeira e/ou o desempenho das operações das companhias.

IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 (CPC 48) emitido em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. O IFRS 9 (CPC 48) foi alterada em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração e desreconhecimento de passivos financeiros, e em novembro de 2013 para incluir novos requerimentos para contabilidade de *hedge*.

Outra revisão do IFRS 9 (CPC 48) foi emitido em julho de 2014 e incluiu, principalmente: (a) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros; e (b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVTOCI) para alguns instrumentos de dívida simples.

A seguir estão demonstradas as reclassificações de categorias comparativas dos ativos e passivos financeiros:

		Consolidado				Categoria CPC38/IAS 39	Categoria CPC 48/IAS 9
		31/12/2018	31/12/2017				
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo							
(Circulante e não circulante)							
Caixa e equivalentes de caixa	7	28.539	28.539	53.742	53.742	Disponibilidades	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber, líquidas	8	235.221	235.221	198.182	198.182	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Gás Pago e Não Retirado (<i>Take Or Pay</i>)	8	12.552	12.552	10.936	10.936	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Ativo financeiro de concessão	9	44.132	44.132	35.602	35.602	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Títulos e Valores Mobiliários	13	<u>996</u>	<u>996</u>	<u>4.439</u>	<u>4.439</u>	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
		<u>321.440</u>	<u>321.440</u>	<u>302.901</u>	<u>302.901</u>		
Passivo							
(Circulante e não circulante)							
Fornecedores	14	50.739	50.739	35.141	35.141	Passivo financeiro pelo custo amortizado	Custo amortizado
Dividendos propostos	17.5	-	-	227	227	Passivo financeiro pelo custo amortizado	Custo amortizado
Juros sobre capital próprio a pagar	17.5	25.500	25.500	17.000	17.000	Passivo financeiro pelo custo amortizado	Custo amortizado
Obrigações estatutárias	17.4	<u>103.539</u>	<u>103.539</u>	<u>106.456</u>	<u>106.456</u>	Passivo financeiro pelo custo amortizado	Custo amortizado
		<u>179.778</u>	<u>179.778</u>	<u>158.824</u>	<u>158.824</u>		

Os Administradores das investidas da Sociedade não identificaram necessidade de complemento da provisão esperada de crédito de liquidação duvidosa e concluíram que a mensuração será mantida na mesma base adotada, e não identificaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, com exceção da investida CEG RIO. Essa investida apresentou um aumento no provisão após a adoção de nova norma em 1º de janeiro de 2018 no montante de R\$ 1.271 (R\$ 475 de impacto através de equivalência patrimonial - nota explicativa 10.2).

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº 42.520.171/0001-91 – Empresa do Sistema Petrobras

4.14. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

CPC 06 / IFRS 16 - Leases - Impacto estimado da adoção

O IFRS 16, efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019, introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração significativa no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos. As contas patrimoniais deverão sofrer alterações significativas, se tomarmos como base o fluxo de pagamentos associado também a determinação de variáveis, tais como:

- (i) taxa de descontos;
- (ii) levantamento dos contratos que estarão cobertos pela isenção; e
- (iii) outros aspectos que necessitam de uma avaliação minuciosa para que possamos atribuir os valores exatos para fins de mensuração.

A Companhia concluiu a sua avaliação do modelo de transição e não vislumbrou qualquer impacto na adoção da referida norma, diferentemente da avaliação inicial na controlada GasBrasiliano. Esta controlada, após análises específicas, concluiu que haverá impacto, optando por uma abordagem de transição simplificada, a qual não requer a reapresentação de valores. Para isso, realizou um estudo para verificar o impacto da aplicação desta norma nas demonstrações financeiras no período de adoção inicial e passará a reconhecer as contraprestações de arrendamento, que atualmente são registradas como despesas de aluguel, como amortização do direito de uso e despesas financeiras.

A controlada reconhecerá um ativo e passivo para seus arrendamentos operacionais de imóveis urbanos (sede da Companhia em Araraquara/SP e demais aluguéis de almoxarifados) e veículos locados. A natureza das despesas relacionadas a estes arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação do ativo de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia estima que reconhecerá obrigações adicionais de arrendamento, estimados, a princípio, entre R\$ 5.550 a R\$ 8.000 em 1º de janeiro de 2019.

5. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

5.1. Definição das unidades geradoras de caixa para teste de recuperabilidade dos ativos (*impairment*)

Os investimentos em coligada e empreendimentos controlados em conjunto, incluindo o ágio (*goodwill*), são testados individualmente para fins de avaliação da sua recuperabilidade.

5.2. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Gaspetro com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração (nota explicativa 22).

5.3. Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações contábeis. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano de Negócios e Gestão (PNG) para o Sistema Petrobras, que anualmente é aprovado pelo Conselho de Administração.

5.4. Perdas de crédito esperadas

São monitoradas regularmente pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. As evidências de perdas consideradas na avaliação incluem: casos de dificuldades financeiras significativas, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros.

6. Novas normas e interpretações

IASB - *International Accounting Standards Board*

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
Modificações às IFRS Ciclos de Melhorias Anuais 2015-2017	Emendas à IFRS 3 (CPC 15) Combinações de empresas, FRS 11 (CPC 19) Negócios em conjunto, IAS 12 (CPC 32) Tributos sobre o lucro e IAS 23 (CPC 20) Custo de empréstimos.	01 de janeiro de 2019.
IFRIC 23/ICPC 22	Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.	01 de janeiro de 2019.
Modificações à IFRS 10 (CPC 36) e IAS 28 (CPC 18 R2)	Venda ou contribuição de ativos entre investidor e seu associado ou " <i>Joint Venture</i> ".	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após uma data a ser determinada

7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e bancos (a)	1.029	24.517	7	19.083
Aplicações financeiras de curto prazo - No País				
Fundos de investimentos DI (b)	27.510	29.225	27.510	29.225
Total de caixa e equivalentes de caixa	28.539	53.742	27.517	48.308

(a) O saldo em Caixa e bancos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 decorre, preponderantemente, do valor recebido a título de dividendos e juros sobre o capital próprio (R\$ 19.078) no último dia útil do ano, após o horário bancário estabelecido da sede da Companhia.

(b) Os fundos de investimentos representam aplicações financeiras de renda fixa (98% do CDI), com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.

8. Contas a receber

8.1. Contas a receber, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Cientes				
Terceiros	69.488	59.501	-	-
Partes relacionadas (Nota explicativa 15)	79.915	72.232	67.830	34.277
Recebíveis de ativos financeiros (a)	107.599	91.580	29.746	33.370
	257.002	223.313	97.576	67.647
	(9.229)	(14.195)	-	-
Perdas de créditos esperadas	247.773	209.118	97.576	67.647
Total contas a receber, líquidas	245.311	180.386	96.361	67.647
Circulante	2.462	28.732	1.215	-

a) Recebíveis de ativos financeiros

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "valor justo por meio do resultado", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

A exposição da Companhia ao risco de crédito associado aos clientes está divulgada na nota explicativa 23.3.

8.2. Movimentação das perdas de créditos esperadas

	Consolidado	
	2018	2017
Saldo inicial	(14.195)	(10.536)
Adições	(290)	(4.247)
Baixas	625	588
Saldo final	(9.229)	(14.195)

9. Ativo financeiro de concessão

Ativo não circulante	Consolidado	
	2018	2017
Servidão de passagem	7.615	6.676
Terrenos	473	417
Redes	33.085	26.226
Edificações	1.322	1.163
Estações	1.637	1.120
Total ativo financeiro da concessão	44.132	35.602

Referem-se a ativos que serão revertidos para o poder concedente ao final do contrato de concessão, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida, observados os valores contábeis e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

Estes ativos estão descontados a valor presente no reconhecimento inicial a uma taxa média de 10,05% ao ano. Esta taxa tem como base Nota Técnica do órgão regulador (ARSESP), que objetiva apresentar a taxa do custo médio ponderado de capital (WACC) a ser aplicado no cálculo das tarifas. Considerando que a expansão, operação e manutenção das redes se financiam com capitais próprios, a Administração entende como prudente a utilização da taxa WACC regulatória como fator de desconto dos bens a serem indenizáveis ao final do Contrato de Concessão.

10. Investimentos

10.1. Investimentos diretos (Controladora)

Empresa Consolidada	% de Participação	% no Capital votante	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)
GasBrasiliano Distribuidora S.A. ⁽¹⁾	100,00%	100,00%	506.475	46.492
Empresas controladas em conjunto (*)				
Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS ⁽⁵⁾	41,50%	24,50%	89.139	23.014
Companhia de Gás da Bahia - BAHIAGÁS ⁽²⁾	41,50%	24,50%	639.326	145.748
CEG Rio S.A. ⁽²⁾	37,41%	26,19%	392.072	90.560
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS ⁽⁵⁾	41,50%	24,50%	192.149	57.922
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS ⁽⁵⁾	24,50%	24,50%	421.544	94.931
Companhia Maranhense de Gás - GASMAR ⁽⁵⁾	23,50%	21,00%	26.366	18.983
Companhia Paraibana de Gás - PBGAS ⁽⁵⁾	41,50%	24,50%	70.679	8.801
Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS ⁽⁵⁾	83,00%	49,00%	76.987	22.708
Companhia de Gás Est. Mato Grosso do Sul - MSGÁS ⁽⁵⁾	49,00%	49,00%	32.408	13.904
Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS ⁽²⁾	41,00%	23,00%	269.110	(25.443)
Sergipe Gás - SERGÁS ⁽⁵⁾	41,50%	24,50%	54.413	3.897
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS ⁽²⁾	41,50%	24,50%	287.875	74.332
Companhia de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS ⁽²⁾	49,00%	49,00%	197.342	73.256
Companhia de Gás do Amapá - GASAP ⁽⁵⁾	37,25%	24,50%	126	(14)
Companhia Rondoniense de Gás - RONGAS ⁽⁵⁾	41,50%	24,50%	(1.152)	(43)
Companhia de Gás do Piauí - GASPISA ⁽⁵⁾	37,25%	24,50%	4.329	(71)
Agência Goiana de Gás Canalizado - GOIASGAS ⁽⁵⁾	30,46%	19,50%	896	88
Companhia Brasileira de Gás - CEBGAS ⁽⁵⁾	32,00%	21,00%	914	244

⁽¹⁾ Para a avaliação dos investimentos pelo método de equivalência, foram utilizadas demonstrações contábeis para o período de 12 meses (defasagem de 30 dias). O cálculo da equivalência patrimonial observa os procedimentos contábeis da GASPETRO (*Holding*).

⁽²⁾ Auditadas na extensão julgada suficiente pelos mesmos auditores da controladora, conforme NBC-TA 600.

⁽³⁾ Possuem auditoria independente contratada, mas não apresentam opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas para o período findo em 30 de novembro de 2018. Auditadas na extensão julgada suficiente pelos auditores da controladora, conforme NBC-TA 600.

⁽⁵⁾ Possuem auditoria independente contratada, mas não apresentam opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas para o período findo em 30 de novembro de 2018.

10.2. Mutação dos investimentos (Controladora)

	Saldo em 31/12/2017	Resultado de participação em investimentos (*)	Resultado abrandando gente	Dividendo e JSCP	Aporte de capital	Amortização	Saldo em
							31/12/2018
Subsidiária e controlada							
GasBrasiliano Distribuidora S.A. (a)	498.250	44.249	-	(40.407)	-	(1.646)	500.446
Empreendimentos controlados em conjunto							
Companhia de Gás da Bahia - BAHIAGÁS (a)	332.934	63.770	-	(52.259)	-	-	344.445
Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS (a)	180.141	(7.008)	-	-	-	-	173.133
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS (a)	164.218	36.275	-	(29.573)	-	-	170.920
CEG-Rio S.A. (a)	177.206	33.124	(314)	(32.686)	-	-	177.330
Comp. de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS (a)	138.706	38.949	-	(35.204)	-	-	142.451
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS (a)	94.121	26.174	-	(22.705)	-	-	97.590
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS	93.067	22.752	(62)	(9.235)	-	-	106.522
Outras participações (a)	164.625	53.282	-	(35.260)	854	-	183.501
Total dos investimentos	1.843.268	311.567	(376)	(257.329)	854	(1.646)	1.896.338

	Saldo em 31/12/2016	Resultado de participação em investimentos (*)	Dividendo e JSCP	Aporte de capital	Amortização	Saldo em	
						31/12/2017	
Subsidiária e controlada							
GasBrasiliano Distribuidora S.A. (a)	496.265	39.019	(35.389)	-	-	(1.645)	498.250
Empreendimentos controlados em conjunto							
Companhia de Gás da Bahia - BAHIAGÁS (a)	308.584	66.463	(42.113)	-	-	-	332.934
Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS (a)	188.803	(6.910)	(1.752)	-	-	-	180.141
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS (a)	162.101	40.989	(38.872)	-	-	-	164.218
CEG-Rio S.A. (a)	159.374	30.291	(12.459)	-	-	-	177.206
Comp. de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS (a)	137.583	40.421	(39.298)	-	-	-	138.706
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS (a)	87.646	27.071	(20.596)	-	-	-	94.121
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS	82.058	11.009	-	-	-	-	93.067
Outras participações (a)	155.542	44.821	(35.798)	620	(560)	-	164.625
Total dos investimentos	1.777.956	293.174	(226.277)	620	(560)	(1.645)	1.843.268

(*) Esta coluna não leva em consideração o PIS e COFINS incidentes sobre os juros sobre capital próprio propostos pelas investidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 cujos montantes são R\$ 6.454 e R\$ 6.217, respectivamente.

- (a) O saldo inclui a reclassificação do ágio do ativo intangível para o investimento em função do parágrafo 28 correspondente ICPC 09, sendo registrado na GasBrasiliano o ágio (mais valia) no valor de R\$ 17.968 e R\$ 19.614 e nos empreendimentos em conjunto o ágio (*goodwill*) no valor de R\$ 213.019 e R\$ 213.019 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente;
- (b) Face a eventual obrigação de reconhecimento de pretensa dívida relacionada a implementação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial pelo Incentivo de Gás Natural - PROGÁS e, em decorrência da ação movida pela Petrobras em desfavor do Estado do Rio Grande do Norte, primeira Ré, e da POTIGÁS, a Gaspetro efetuou o reconhecimento prévio, no resultado do exercício social de 2015, de uma baixa em seu investimento de R\$53.590 referente à glosas no subsídio do PROGÁS nas faturas da Petrobras. Essa provisão decorre da análise sobre os eventuais efeitos das questões discutidas em Processo Judicial. Este incentivo consistia na concessão de subsídio no preço de venda de gás à determinadas empresas enquadradas no referido Programa, de quantia equivalente à percentual representativa de redução do valor das licenças ambientais devidas pela Petrobras, que seriam financeiramente compensadas.

10.3. Informações sobre a controlada

GasBrasiliano Distribuidora S.A. - Constituída em 18 de janeiro de 2003, tem por objeto social preponderante a exploração, mediante concessão, dos serviços de distribuição de gás canalizado na área noroeste do Estado de São Paulo, para atendimento dos setores industrial, residencial, comercial, gás natural veicular, termo geração e cogeração. O Contrato de Concessão foi assinado em 10 de dezembro de 1999 entre o Poder Concedente (representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP) e a GasBrasiliano, com prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado por uma única vez por 20 anos, mediante requerimento da GasBrasiliano, a critério do poder concedente.

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº 42.520.171/0001-91 – Empresa do Sistema Petrobras

10.4. Informações contábeis resumidas de empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

A Companhia investe em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas no país, cuja atividade, basicamente, está relacionada à distribuição de gás. As informações contábeis resumidas das companhias operacionais são as seguintes:

	2018									
	BahiaGás	Scgás	Copergás	Ceg-Rio	Sulgás	Potigás	Cegás	Msgás	Outros	Total
Ativo Circulante	506.951	126.334	198.530	360.871	197.062	55.061	153.158	138.788	673.726	2.301.153
Ativo Realizável a Longo Prazo	38.530	202.244	139.413	30.218	55.027	2.655	158.336	2.785	512.174	1.093.398
Imobilizado	–	–	–	–	–	1.718	–	–	2.141	6.153
Intangível	335.026	182.095	168.707	661.186	154.346	42.973	118.329	108.542	579.154	2.401.822
Outros ativos não circulantes	–	–	–	–	–	–	–	–	853	853
	<u>880.507</u>	<u>510.673</u>	<u>506.650</u>	<u>1.052.275</u>	<u>406.435</u>	<u>102.407</u>	<u>429.823</u>	<u>250.115</u>	<u>1.768.048</u>	<u>5.803.379</u>
Passivo circulante	229.633	227.020	150.884	466.007	174.275	20.478	61.326	83.078	381.846	1.708.009
Passivo não circulante	11.548	14.543	67.891	194.196	34.818	4.942	176.348	134.628	499.504	839.484
Patrimônio líquido	<u>639.326</u>	<u>269.110</u>	<u>287.875</u>	<u>392.072</u>	<u>197.342</u>	<u>76.987</u>	<u>192.149</u>	<u>32.409</u>	<u>886.698</u>	<u>3.255.886</u>
	<u>880.507</u>	<u>510.673</u>	<u>506.650</u>	<u>1.052.275</u>	<u>406.435</u>	<u>102.407</u>	<u>429.823</u>	<u>250.115</u>	<u>1.768.048</u>	<u>5.803.379</u>
Receita operacional líquida	1.808.103	627.038	1.094.222	2.955.649	725.019	190.839	383.218	415.528	1.961.652	9.780.202
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	156.803	(17.094)	88.769	90.549	80.084	24.110	63.996	94.931	245.631	715.321
Percentual de participação - %	41,50%	41,00%	41,50%	37,41%	49,00%	83,00%	41,50%	49,00%	49,0%	23,5% a

	2017									
	BahiaGás	Scgás	Copergás	Ceg-Rio	Sulgás	Potigás	Cegás	Msgás	Outros	Total
Ativo Circulante	413.255	76.190	253.635	380.162	143.955	38.568	152.599	132.025	285.777	1.876.166
Ativo Realizável a Longo Prazo	29.153	174.374	113.767	29.572	86.369	1.952	75.375	176	278.575	789.313
Imobilizado	–	–	–	–	–	1.943	–	–	1.962	3.905
Intangível	320.506	196.531	188.396	642.946	158.128	42.993	118.848	110.254	364.979	2.143.581
Outros ativos não circulantes	–	–	–	794	–	1.192	14	–	265	2.265
	<u>762.914</u>	<u>447.095</u>	<u>555.798</u>	<u>1.053.474</u>	<u>388.452</u>	<u>86.648</u>	<u>346.836</u>	<u>242.455</u>	<u>931.558</u>	<u>4.815.230</u>
Passivo circulante	130.434	132.780	156.885	380.713	116.888	18.005	65.322	72.268	264.506	1.337.801
Passivo não circulante	9.331	19.762	81.140	282.255	75.917	4.838	100.220	137.236	65.203	775.901
Patrimônio líquido	<u>623.149</u>	<u>294.553</u>	<u>317.773</u>	<u>390.506</u>	<u>195.647</u>	<u>63.805</u>	<u>181.294</u>	<u>32.951</u>	<u>601.849</u>	<u>2.701.528</u>
	<u>762.914</u>	<u>447.095</u>	<u>555.798</u>	<u>1.053.474</u>	<u>388.452</u>	<u>86.648</u>	<u>346.836</u>	<u>242.455</u>	<u>931.558</u>	<u>4.815.230</u>

Receita operacional líquida	1.303.201	441.734	863.865	2.147.904	495.121	159.855	396.086	397.064	971.707	7.176.537
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	158.894	(26.068)	86.232	82.996	76.264	14.956	56.153	18.847	53.045	521.319
Percentual de participação - %	41,50%	41,00%	41,50%	37,41%	49,00%	83,00%	41,50%	49,00%	49,0%	23,5% a

11. Imobilizado

11.1. Por tipo de ativos

Movimentação	Consolidado			Controladora		
	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Total	Equipamentos e outros bens	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.478	353	2.831	–	–	–
Adição	161	832	993	171	171	171
Depreciação	(551)	(61)	(612)	(5)	(5)	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.088	1.124	3.212	166	166	166
Adição	–	40	40	2	2	2
Transferência	(414)	414	–	–	–	–
Baixa	–	(39)	(39)	–	–	–
Depreciação	–	(783)	(783)	(32)	(32)	(32)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.674	756	2.430	136	136	136
Composição						
Custo	4.276	2.005	6.281	171	171	171
Depreciação acumulada	(2.188)	(881)	(3.069)	(5)	(5)	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.088	1.124	3.212	166	166	166
Custo	3.862	1.652	5.514	173	173	173
Depreciação acumulada	(2.188)	(896)	(3.084)	(37)	(37)	(37)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.674	756	2.430	136	136	136
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	20	5	10			

15. Partes relacionadas

15.1. Transações comerciais e outras operações

A Companhia segue a política de transações com partes relacionadas do sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

	Consolidado				Controladora				
	Petrobras	Outras (*)	Total	Total	Petrobras	GasBrasiliiano	Outras (*)	Total	Total
Ativo Circulante									
Contas a receber	12.225	327	12.552	6.386	–	140	327	467	1.334
Dividendos e Juros sobre capital próprio a receber	–	66.148	66.148	32.924	–	–	66.148	66.148	32.943
	12.225	66.475	78.700	39.310	–	140	66.475	66.615	34.277
Não circulante									
Contas a receber, por take or pay	–	1.215	1.215	32.922	–	–	1.215	1.215	–
	12.225	67.690	79.915	72.232	–	140	67.690	67.830	34.277
Passivo Circulante									
Fornecedores vinculados a repasse de gastos	857	475	1.332	589	857	–	475	1.332	589
Fornecedores vinculados a fornecimento de gás natural	32.318	–	32.318	22.956	–	–	–	–	–
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	13.005	12.495	25.500	17.227	13.005	–	12.495	25.500	17.227
Outras contas a pagar - pessoal cedido	4.815	3.801	8.616	9.399	4.815	–	3.941	8.756	9.399
	50.995	16.771	67.766	50.171	18.677	–	16.911	35.588	27.215
Não circulante									
Obrigações estatutárias	103.539	–	103.539	106.456	103.539	–	–	103.539	106.456
	154.534	16.771	171.305	156.627	122.216	–	16.911	139.127	133.671
Resultado									
Receita de vendas e serviços	–	2.213	2.213	4.023	–	–	–	–	–
Custo do gás revendido	350.517	–	350.517	267.025	–	–	–	–	–
Variações monetárias e cambiais líquidas ativas (passivas)	179	(1.485)	(1.306)	(824)	179	484	(1.485)	(822)	4.537
Receitas (despesas) financeiras líquidas	–	–	–	–	–	–	–	–	362
	350.696	728	351.424	270.244	179	484	(1.485)	(822)	4.899

(*) Inclui empreendimentos controlados em conjunto e Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.

15.2. Remuneração da administração da Companhia

A remuneração do Presidente, dos diretores, dos membros do Conselho de Administração da Gaspetro foi objeto de deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2018, quando foi deliberada a fixação do montante global de R\$ 8.476, válido para o período compreendido entre abril de 2018 e março de 2019:

	Conselho	Administração	Diretoria
Nº de membros previstos	7	4	
Salário ou pró-labore	598	3.702	
Benefícios diretos e indiretos	66	1.045	
Cessação do cargo	–	1.577	
Outros (INSS, FGTS, etc.)	119	1.369	
Total	783	7.693	
Total dos administradores		8.476	

O total da remuneração dos administradores para o período de 12 (doze) meses findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 4.457 (R\$ 4.263 em 2017), compostos de quatro executivos da diretoria e sete conselheiros de administração.

12. Intangível

12.1. Por tipo de ativos

	Consolidado		
	Distribuição de gás (b)	Software	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	304.396	–	304.396
Adições	21.102	–	21.102
Baixas	(4.793)	(37)	(4.830)
Transferências	(9.669)	37	(9.632)
Amortização	(16.090)	–	(16.090)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	294.946	–	294.946
Adições	22.042	–	22.042
Baixas	(4.206)	–	(4.206)
Amortização	(16.480)	–	(16.480)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	296.302	–	296.302
Composição			
Custo	439.595	120	439.715
Amortização acumulada	(144.649)	(120)	(144.769)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	294.946	–	294.946
Custo	453.079	120	453.199
Amortização acumulada	(156.777)	(120)	(156.897)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	296.302	–	296.302
Tempo de vida útil estimado - anos (a)	10 a 30	5	

(a) O percentual de amortização é limitado ao prazo de concessão ou vida útil da infraestrutura, o que for menor.

(b) Incluem as transferências de Ativo Financeiro de Concessão da GasBrasiliiano, reembolsáveis pelo Poder Concedente no final da concessão (nota explicativa nº 12.2)

12.2. Concessão de serviços de distribuição de gás natural canalizado

A Companhia controla a GasBrasiliiano e exerce o controle conjunto sobre 18 distribuidoras estaduais de gás, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial que possuem contratos de concessão públicos celebrados com os respectivos Governos Estaduais.

Essas companhias reconhecem como intangível o direito de cobrar dos usuários uma tarifa de distribuição em função da infraestrutura para fornecimento de gás vinculados à prestação do serviço especificado nos contratos de concessão.

Os contratos de concessão têm prazos que variam de 30 a 50 anos, cujas atividades iniciaram-se em diferentes períodos, fazendo uso de gasodutos construídos ou adquiridos de terceiros, para atender ao serviço de distribuição de gás natural.

A remuneração pela prestação de serviços (tarifa) consiste na combinação dos seguintes componentes: (i) custo do gás (pass through); (ii) custos e despesas operacionais; e (iii) remuneração do capital investido composto do custo da construção da infraestrutura, cujos reajustes são praticados de modo a refletir as mudanças na estrutura de custo da operação, do impacto dos investimentos em construção e/ou de indicadores de preços ao consumidor, respeitada a fórmula econômica paramétrica definida nos respectivos contratos de concessão.

O custo de construção adicionado ao intangível refere-se aos gastos para formação da infraestrutura de gasodutos vinculados à concessão da GasBrasiliiano, que permite a prestação de serviço de distribuição de gás natural canalizado, conforme estabelecido no ICPC 01 (R1)

Conforme estabelecido no contrato de concessão, ao final do período de concessão, não havendo renovação, as infra-estruturas de gasodutos serão revertidas ao Poder Concedente através de levantamentos, avaliações e quantificação da indenização devida, observado o saldo registrado na rubrica de ativo financeiro da concessão, não havendo mais envolvimento das distribuidoras em exigências de operação ou manutenção.

Os contratos de concessão possuem cláusulas relativas à extinção, estabelecendo que o Poder Concedente poderá extinguí-lo em função da deficiência na execução dos serviços prestados pelas distribuidoras e de violação material nos termos do contrato. Os direitos das distribuidoras de rescindi-lo estão relacionados ao descumprimento das normas legais ou contratuais pelo Poder Concedente.

13. Títulos e valores mobiliários

Referem-se a títulos públicos recebidos pela Sociedade, por ocasião das alienações de participações societárias no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND). Estes títulos encontram-se bloqueados por decisão administrativa da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) desde 1997.

A Gaspetro, além da petição encaminhada ao Juiz da 15ª Vara federal de Brasília (Ação Popular nº 93.00.08452-6), na qualidade de Terceiro Prejudicado, protocolou, em 14 de novembro de 2006, requerimento junto ao STN visando o desbloqueio dos TDAs, de modo a efetivar a permuta por NTN-P.

Conforme disposto no Decreto nº 2.274/1997, que permitiu a conversão desses títulos em NTN-P, a Gaspetro vem efetuando a atualização monetária com base na rentabilidade desses títulos, e aguardando o desbloqueio pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Ao longo de 2018, devido a diferença entre as taxas para atualização dos créditos utilizadas pela Gaspetro e pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foi reconhecido *impairment* parcial dos títulos NTN-P do valor de R\$ 3.443. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo registrado era de R\$ 996 (R\$ 4.439 em 2017).

14. Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Terceiros no país	8.473	2.197	99	134
Partes relacionadas (Nota explicativa 15)	42.266	32.944	10.088	9.988
Total	<u>50.739</u>	<u>35.141</u>	<u>10.187</u>	<u>10.122</u>

	Consolidado				Controladora			
	Petrobras	Outras (*)	Total	Total				

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº 42.520.171/0001-91 – Empresa do Sistema Petrobras

16.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulante

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Consolidado						Contro- ladora
	Imobi- lizado e Intangível	Contas a receber/ pagar e financia- mentos	Provisão para processos judiciais	Prejuízos fiscais	Outros	Total	Total
Movimentação							
Em 31 de dezembro de 2016	44.282	(3)	8.451	678	8.801	62.209	(995)
Reconhecido no resultado do exercício	–	–	(2.150)	–	(184)	(2.334)	(184)
Em 31 de dezembro de 2017	44.282	(3)	6.301	678	8.617	59.875	(1.179)
Reconhecido no resultado do exercício	5.361	(1.881)	(2.343)	(678)	(3.206)	(2.747)	2.548
Em 31 de dezembro de 2018	49.643	(1.884)	3.958	–	5.411	57.128	1.369

Composição

Impostos diferidos ativos	61.054	–
Impostos diferidos passivos	(1.179)	(1.179)
Em 31 de dezembro de 2017	59.875	(1.179)
Impostos diferidos ativos	57.128	1.369
Impostos diferidos passivos	–	–
Em 31 de dezembro de 2018	57.128	1.369

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2018, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos líquidos é a seguinte:

	Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos	
	Ativos	Passivos
2019	6.092	–
2020	3.407	–
2021	3.407	–
2022	3.407	–
2023	3.407	–
2024 em diante	37.408	–
Parcela registrada contabilmente	57.128	–

16.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes dos impostos	278.480	278.605	268.238	260.614
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(94.683)	(94.726)	(91.201)	(88.609)

Ajustes para apuração da alíquota efetiva:

Juros sobre capital próprio, líquidos	10.200	6.800	10.200	6.800
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(626)	–	(626)	–
Prejuízo fiscal	(678)	1.669	–	1.669
Participação em controladas e coligadas	77.056	74.307	84.695	79.150
Outros	1.743	(9.458)	(595)	(3.063)
Imposto de renda e contribuição social	(6.988)	(21.408)	2.473	(4.053)

Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.747)	(2.458)	2.547	(183)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.241)	(18.950)	(74)	(3.870)
	(6.988)	(21.408)	2.473	(4.053)

Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	3,00%	8,00%	-1,00%	2,00%
--	-------	-------	--------	-------

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 655.522 está representado 110.993 ações ordinárias, 1 ação preferencial classe "A" e 1 ação preferencial classe "B", todas nominativas e sem valor nominal.

As ações preferenciais não asseguram direito a voto, não são conversíveis em ações ordinárias e não participam dos aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas, exceto Reserva Estatutária REPETRO (nota explicativa 17.4) e Reserva Estatutária de Ativos Excluídos (nota explicativa 17.4) e não participam dos lucros remanescentes.

A ação preferencial "A" conferia ao seu titular o direito ao recebimento de dividendos fixos prioritários resultantes dos lucros da Companhia em valores calculados com base nas receitas advindas do contrato de fiança e será resgatada tão logo a Companhia seja liberada, no âmbito das garantias REPETRO, de todas e quaisquer obrigações perante as autoridades governamentais competentes, exclusivamente com os recursos alocados na reserva estatutária específica (nota explicativa 17.4).

A ação preferencial "B" confere ao seu titular o direito ao recebimento de dividendos fixos prioritários resultantes dos lucros da Companhia em valores calculados com base nos montantes apurados e pecuniariamente recebidos dos "ativos excluídos", descritos no acordo de acionistas como o somatório de Impostos em litígio (nota explicativa 22.4), depósitos judiciais (nota explicativa 22.2) e Notas do Tesouro Nacional-NTN-P (nta explicativa 13) e será resgatada tão logo a Companhia receba a integridade dos montantes de ativos excluídos, com a utilização de parte dos recursos alocadas na reserva estatutária específica (nota explicativa 17.4).

17.2. Transações de capital

Refere-se à diferença entre o valor pago e o montante contábil decorrentes das variações de participações em controladas que não resultem em perda de controle, considerando que se trata de transações de capital, ou seja, transações com os acionistas, na qualidade de proprietários, e ao reconhecimento de ganho em operação não usual de venda entre empresas do mesmo grupo econômico.

17.3. Reserva de capital

Refere-se à incentivos fiscais de imposto de renda aplicados no FINAM nos exercícios de 1997 e de 1998. Conforme previsto no CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09 esse saldo deve ser mantido nessa conta até sua total utilização, na forma prevista na Lei nº 6.404/76.

17.4. Reservas de Lucros

a) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, limitada a 20% do capital social.

b) Reserva estatutária

O acordo de acionista da Companhia prevê que, em uma periodicidade não superior a 6 (seis) meses, os acionistas devem destinar a esta reserva todos e quaisquer valores apurados pela Companhia em decorrência dos "ativos excluídos", inclusive valores relativos às atualizações monetárias dos "ativos excluídos", sempre líquidos de quaisquer tributos incidentes sobre estes ativos.

b.1) Reserva estatutária "Repetro" - valor limitado a R\$ 5.905,89 utilizado no passado para fazer frente ao resgate da ação preferencial classe "A", cujos recursos advirão das receitas "REPETRO".

b.2) Reserva estatutária "Ativo Excluído" - valor limitado a R\$ 200.000, constituído com os montantes apurados pela Companhia de ativos excluídos (somatório dos impostos em litígio, depósitos judiciais e notas do tesouro nacional) e será resgatada pelo detentor da ação preferencial classe "B", na medida em que os respectivos ativos excluídos sejam efetivamente recebidos.

c) Reserva especial

Constituída com base nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, para registrar os lucros que deixarem de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos, assim que permitir a situação financeira da Companhia.

A Companhia efetivou, em 11/12/2018, o pagamento de R\$ 21.000 relativo a realização da reserva especial, tendo em vista a melhoria do fluxo financeiro proveniente das participações acionárias.

17.5. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social. O Conselho de Administração, ainda, poderá aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório, bem como a antecipação de dividendos e a declaração de juros sobre o capital próprio.

A ação preferencial "A" receberá exclusivamente dividendos fixos prioritários resultantes dos lucros da Companhia em valores calculados com base nas receitas advindas da prestação de garantias "REPETRO" (nota explicativa 14.2) efetivamente recebidas, líquido de qualquer tributo incidente sobre esta receita.

A ação preferencial "B" receberá exclusivamente dividendos fixos prioritários resultantes dos lucros da Companhia em valores calculados com base nos montantes apurados e efetivamente recebidos pela monetização dos "ativos excluídos", líquido de qualquer tributo incidente sobre estes ativos.

A proposta do dividendo relativo ao exercício de 2018, que está sendo encaminhado pela Administração da Gaspetro à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2019, no montante de R\$ 191.600, atendendo aos direitos garantidos aos acionistas.

A proposta do dividendo relativo a destinação do resultado do exercício de 2017 foi aprovada pela Administração da Gaspetro na Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 30 de abril de 2018, a qual aprovou a destinação de dividendos no montante de R\$ 175.427.

A Companhia aprovou a destinação de R\$ 40.000 e R\$ 21.000, referente a realização de reserva especial pago em forma de dividendos aos acionistas, nos meses de novembro de 2017 e dezembro de 2018, respectivamente.

Demonstração do lucro básico para cálculo de dividendos:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício (Controladora)	270.711	256.561
Apropriação:		
Reserva legal	(12.268)	(12.828)
Lucro básico para determinação do dividendo	258.443	243.733

Dividendos mínimos obrigatórios - Preferencialista "A"	–	(227)
Juros sobre o capital próprio imputado ao dividendo mínimo	(30.000)	(20.000)
Dividendos pagos antecipadamente	(59.000)	(50.000)
Dividendos adicionais propostos	(102.600)	(105.200)
Realização de reserva especial	(21.000)	(40.000)
Total de dividendos propostos	(212.600)	(215.427)

Dividendos obrigatórios - acionista preferencialista "A"	–	(227)
Destinação Reserva estatutária	(1.078)	(2.403)
Reversão de destinações anteriormente declarados para a ação preferencial "Classe B" - Res. Estatutária	3.995	–
Antecipação de dividendos	(59.000)	(50.000)
Juros sobre capital próprio	(30.000)	(20.000)
Dividendos adicionais	(102.600)	(105.200)
Reserva legal	(12.268)	(12.828)
Reserva especial	(69.760)	(65.903)
Total da destinação do resultado	(270.711)	(256.561)

Os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 192.677, já incluem a antecipação efetuada em 28 de novembro de 2018 no montante de R\$ 59.000, bem como os juros sobre o capital próprio de R\$ 30.000, que ainda serão pagos neste exercício, conforme aprovado pelo Conselho de Administração nas reuniões realizadas em 28/12/2018.

Os juros sobre o capital próprio, no valor bruto de R\$ 30.000 (valor líquido de IRRF no montante de R\$ 25.500) estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95. Esses juros foram imputados aos dividendos do exercício, líquido de IRRF.

O saldo de dividendos propostos será pago na data a que vier a ser fixada em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas e terão seus valores atualizados monetariamente a partir de 31 de dezembro de 2018 até a data de pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

17.6. Resultado por ação

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Gaspetro	271.492	257.197	270.711	256.561
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais	110.995	110.995	110.995	110.995
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial (R\$ por ação)	2,45	2,32	2,44	2,31

18. Receita de vendas e serviços

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta de vendas	550.987	464.461		
Encargos de vendas	(133.307)	(108.714)		
Receita de vendas e serviços	417.680	355.747		

19. Outras receitas (despesas) líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
(Perdas)/Ganhos com processos judiciais	(1.823)	–	(1.823)	–
Perdas por Desvalorização de Ativos (<i>Impairment</i>)	(2.858)	(560)	(2.858)	(560)
Penalidade contrato <i>take or pay</i>	1.123	93	–	–
Outros	(403)	1.419	1	1.234
Total outras receitas (despesas), líquidas	(3.961)	952	(4.680)	674

20. Custos e Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Matéria-prima e produtos para revenda	(325.010)	(254.241)	–	–
Gastos com pessoal	(50.026)	(50.642)	(30.656)	(30.677)
Depreciação e amortização	(17.262)	(16.702)	(1.678)	(1.650)
Materiais, fretes, alugueis e outros	(18.221)	(21.691)	(2.967)	(1.567)
Serviços de terceiros	(21.279)	(13.374)	(8.459)	(7.528)
Tributárias	(4.312)	(1.456)	(457)	(997)
(Perdas)/Ganhos com processos judiciais	(1.823)	–	(1.823)	–
Perdas em crédito de liquidação duvidosa	5.012	(3.659)	–	–
Penalidade contrato <i>take or pay</i>	1.123	93	–	–
<i>Impairment</i>	(2.858)	(560)	(2.858)	(560)
Outras (despesas) receitas, líquidas	436	1.680	1	1.390
Total custos e despesas por natureza	(434.220)	(360.552)	(48.897)	(41.589)
Na Demonstração do Resultado:				
Custo dos produtos e serviços prestados	(350.517)	(285.913)	–	–
Despesas com vendas	(10.711)	(13.620)	–	–
Despesas gerais e administrativas	(64.719)	(60.686)	(43.760)	(41.266)
Tributárias	(4.312)	(1.285)	(457)	(997)
Perda no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	(2.858)	(560)	(2.858)	(560)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(1.103)	1.512	(1.822)	1.234
Total custos e despesas por natureza	(434.220)	(360.552)	(48.897)	(41.589)

21. Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Receita com aplicações financeiras	4.263	1.729	2.584	1.660
Receita com recebíveis de ativos financeiros	7.002	15.548	2.141	6.411
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	4.638	2.686	(1)	354
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	11.018	9.292	844	604
Total resultado financeiro líquido	26.921	29.255	5.568	9.029
Na Demonstração do Resultado:				
Receitas	16.269	20.326	4.726	8.434
Despesas	(366)	(363)	(2)	(9)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	11.018	9.292	844	604
Total resultado financeiro líquido	26.921	29.255	5.568	9.029

22. Processos judiciais e contingências

22.1. Processos judiciais provisionados

A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis.

Os valores provisionados são os seguintes:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Passivo não circulante		
Trabalhistas	–	1.349
Fiscais	2.131	2.108
Cíveis	6.600	6.686
	8.731	10.143
Saldo inicial	10.143	10.031
Adições (Baixas), líquidas	(1.412)	112
Saldo final	8.731	10.143

22.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo não circulante				
Trabalhistas	97	1.088	97	78
Fiscais	1.707	1.410	1.707	1.410
Cíveis	1.002	2.610	1.002	2.354
	2.806	5.108	2.806	3.842

22.3. Passivos contingentes

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor de saída de recursos, para o qual, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 respectivamente, para os quais a probabilidade de perda, no montante de R\$ 71.516 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 154.039 em 2017) é considerada possível são apresentadas na tabela a seguir:

	Consolidado
Natureza	
Tributária	31.151
Cíveis	40.365
	71.516

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº 42.520.171/0001-91 – Empresa do Sistema Petrobras

O quadro a seguir detalha as principais causas cuja expectativa de perda está classificada como possível.

Descrição dos processos de natureza cível	Estimativa
Autor: Ana Flavia B. M Paraguay	39.891

Ação proposta para busca a reparação por danos materiais, morais e ambientais relativo ao Gasoduto João Pessoa - Campina Grande. Situação atual: Não vislumbra-se possibilidade de acordo. Foi requerido que, antes mesmo da prolação de qualquer decisão de mêrito, sejam apreciados vários pedidos constantes na ação principal de indenização, notadamente no que se refere no pedido de nulidade da perícia, bem como a necessidade da realização de audiência de instrução e julgamento com a respectiva oitiva das testemunhas. A ação foi julgada procedente e extinto o feito com resolução do mérito. Houve Embargos de declaração das partes e as apelações das partes, inclusive da Gaspetro, foram protocoladas. Aguarda-se a remessa a instância Superior para julgamento destas apelações.

Total dos processos de natureza cível	39.891
Descrição do processo de natureza tributária	Estimativa
Autor: Receita Federal do Brasil	2.932

Ação proposta para busca o ressarcimento financeiro por eventual descumprimento da legislação tributária Situação atual: Trata-se de lançamento efetuado para a exigência de contribuições previdenciárias apuradas nos períodos de 07/2000, 10/2000, 12/2000, 05/2001, 11/2001, sobre Bônus. Condenação solidária, Grupo Econômico. Em 2018 apresentado Contrarrrazões ao Recurso Especial da União, não havendo ainda nenhum resultado quanto ao julgamento da causa

Autor: Receita Federal do Brasil	28.219
----------------------------------	--------

Autos de Infração questionando despesas que teriam sido indevidamente deduzidas das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL Situação atual: Alegação de ausência de comprovação da dedutibilidade de parte dos custos/despesas na apuração do "IRPJ", "IRRF" e "CSLL", relativos ao ano-calendário de 2013 - contrato de compartilhamento de custos e despesas administrativas CCCD_2013, cuja impugnação foi indeferida quase que na sua totalidade

Total dos processos de natureza tributária	31.151
---	---------------

22.4. Contingências Ativas

22.4.1. Recuperação de PIS e COFINS

A Companhia ajuizou ação ordinária contra a União referentes à recuperação, por meio de compensação/restituição, dos valores recolhidos a título de PIS sobre receitas financeiras e variações cambiais ativas, no período compreendido entre fevereiro de 1999 e dezembro de 2002, e COFINS compreendido entre fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, considerando a inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98.

Em 9 de novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional o mencionado § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98.

Em 9 de janeiro de 2006, devido à decisão definitiva do STF, a Gaspetro ajuizou nova ação visando recuperar os valores de COFINS referentes ao período de janeiro de 2003 a janeiro de 2004.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$ 106.820 (R\$ 104.681 em 2017), relativo à citada ação, está refletido como impostos em litígio nestas demonstrações contábeis em razão da decisão transitada em julgado em 2014.

23. Gerenciamento de riscos

A gestão da Gaspetro é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia e suas investidas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

23.1. Risco cambial

No que se refere ao gerenciamento dos riscos cambiais, é feito de forma corporativa pela controladora Petrobras, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelas suas investidas para a aquisição gás natural. A Companhia e suas investidas avaliam permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros.

23.2. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas investidas sofrerem ganhos ou perdas relativas às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas investidas seguem as orientações corporativas para as empresas do sistema Petrobras.

Conselho de Administração	
RODRIGO COSTA LIMA E SILVA Presidente do Conselho	VITOR CALAZANS BARONI Conselheiro
TOSHIBA ASAHI Conselheiro	HIROKI TOKO Conselheiro
FATIMA VALERIA ARAUJO BARROSO PEREIRA Conselheira	JOELMA MEDEIROS HENRIQUES Conselheira

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Petrobrás Gás S.A. - GASPETRO (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Petrobrás Gás S.A. - GASPETRO em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações da Companhia são realizadas exclusivamente com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 15 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas as demais demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório

A Companhia possui aplicações financeiras indexadas à variação do CDI, expondo este ativo financeiro às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade a seguir:

Instrumentos	Exposição em 31/12/2018	Risco	% a.a. (a)	Cenários			
				Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
Ativo financeiro							
Recebíveis em ativos financeiros (b)	107.599	CDI	6,40	8,00	1.722	9,60	3.443
Fundo de investimento DI	27.510	CDI	6,27	7,84	431	9,41	863
					<u>2.153</u>		<u>4.306</u>

Instrumentos	Exposição em 31/12/2018	Risco	% a.a. (a)	Cenários			
				Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
Ativo financeiro							
Recebíveis em ativos financeiros (b)	107.599	CDI	6,40	4,80	(1.722)	3,20	(3.443)
Fundo de investimento DI	27.510	CDI	6,27	4,70	(431)	3,14	(863)
					<u>(2.153)</u>		<u>(4.306)</u>

(a) Taxa de juros efetiva

(b) Representam recursos aplicados no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP) - Nota explicativa 8.1.

23.3. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade saque ou resgate dos valores depositados e da possibilidade do não recebimento dos investimentos em recebíveis de ativos financeiros. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2018. Também é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

As Companhias distribuidoras de gás natural (“Distribuidoras”) estão expostas a possibilidade das perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes. Para mitigar esses riscos, as Distribuidoras adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

23.4. Risco de Liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital, pagamentos de dividendos e refinanciamento da dívida. O risco de liquidez da Companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha caixa suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Usualmente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de suas obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

2018	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	3 -5 anos
Fornecedores	50.739	50.739	–	–
Outras contas a pagar	9.418	9.017	401	–
	<u>60.157</u>	<u>59.756</u>	<u>401</u>	<u>–</u>

2017	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	3 -5 anos
Fornecedores	35.141	35.141	–	–
Outras contas a pagar	8.301	7.494	807	–
	<u>43.442</u>	<u>42.635</u>	<u>807</u>	<u>–</u>

24. Seguros

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava a seguinte apólice de seguro:

Modalidade	Risco coberto	Importância segurada
Empresarial	Seguro de natureza administrativa para a sede da Companhia	3.640
Operacional	Seguro de natureza operacional relativo às atividades da GasBrasiliano	6.917

Diretoria Executiva	
RICARDO JOSÉ LOURENÇO DE MELLO Diretor-Presidente e Diretor Operacional	ROGÉRIO SOARES LEITE Diretor Corporativo
HIROSHI FUJIKAWA Diretor Financeiro	MARCUS VINICIUS TORRES PEÇANHA Contador CRC-RJ-068103/O-8

financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão é desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

	Rio de janeiro, 08 de abril de 2019	
KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6 F-RJ		Marcelo Luiz Ferreira Contador CRC RJ-087095/O-7

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Petrobras Gás S.A. - Gaspetro, no exercício de suas funções legais e estatutárias, tomou conhecimento do Relatório Anual de Atividades da Administração e procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis da Petrobras Gás S.A. - GASPETRO ("Individuais e Consolidadas"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, demonstração de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, assim como as notas explicativas. As Demonstrações Contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil. As Demonstrações Contábeis individuais foram elaboradas com base nas práticas contábeis previstas na Legislação Societária Brasileira, complementadas com pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As Demonstrações Contábeis estão acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, datado de 8 de abril de 2019 e aprovadas na 760ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 8 de abril de 2019. A Administração propôs a seguinte destinação a ser deliberada pela Assembleia Geral de Acionistas:

Para o lucro líquido da Controladora, no montante de R\$ 270.711.132,23 (duzentos e setenta milhões, setecentos e onze mil, cento e trinta e dois reais e vinte e três centavos), que considera o seguinte:

- Constituição de reserva legal no montante de R\$ 12.268.051,92 (doze milhões, duzentos e sessenta e oito mil, cinquenta e um reais e noventa e dois centavos);
- Reversão dos dividendos declarados em anos anteriores para a ação preferencial "Classe B" no valor de R\$ 3.994.974,31 (três milhões, novecentos e noventa e quatro mil, novecentos e setenta e quatro reais e trinta e um centavos), que retorna para o montante base para distribuição em face da constatação da necessidade de redução do valor da Reserva Estatutária de Ativos Excluídos;
- Distribuição de dividendos do exercício de R\$ 192.677.485,30 (cento e noventa e dois milhões, seiscentos e setenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e trinta centavos) sendo:
- (iv.1.i) R\$ 1.077.485,30 (um milhão, setenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais trinta centavos) para a ação preferencialista Classe "B" relativo ao complemento da reserva estatutária "Ativos Excluídos" de R\$ 287.205,83 (duzentos e oitenta e sete mil, duzentos e cinco reais e oitenta e três centavos) e de R\$ 790.279,47 (setecentos e noventa mil, duzentos e setenta e nove reais e quarenta e sete centavos) decorrentes dos valores apurados no primeiro e segundo semestre de 2018, respectivamente, sendo registrado que não houve destinação para a ação preferencial Classe A;

- (iv.1.ii) R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) a título de Juros sobre Capital Próprio imputados aos dividendos obrigatórios (R\$ 25.500.000 - vinte e cinco milhões e quinhentos mil reais - líquido de IRRF);
- (iv.1.iii) R\$ 59.000.000,00 (cinquenta e nove milhões) como dividendos antecipados para os acionistas ordinários, pagos em 2018;
- (iv.2) R\$ 102.600.000,00 (cento e dois milhões e seiscentos mil reais como dividendos adicionais; e
- Transferência do saldo remanescente para reserva especial, no valor de R\$ 69.760.569,32 (sessenta e nove milhões, setecentos e sessenta mil, quinhentos e sessenta e nove reais e trinta e dois centavos). O saldo de dividendos propostos será pago na data a ser fixada em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas e terá seu valor atualizado monetariamente a partir de 31 de dezembro de 2018 até a data de pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC. A constituição da reserva especial, no valor de R\$ 69.760.569,32 (sessenta e nove milhões, setecentos e sessenta mil, quinhentos e sessenta e nove reais e trinta e dois centavos), foi baseada nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, que dispõe sobre a situação financeira da Companhia, que destina-se ao registro dos lucros que deixarem de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos, assim que permitir o planejamento do fluxo de caixa da Companhia.

Considerando o trabalho de acompanhamento da Companhia desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, a opinião emitida sem ressalvas da KPMG Auditores Independentes, as informações prestadas pelos integrantes da Administração e do Comitê de Auditoria da Empresa e complementadas com comentários sobre o seu desempenho, assegurando que as Demonstrações Contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Gás S.A. - Gaspetro em 31 de dezembro de 2018, o Conselho Fiscal, por unanimidade, opinou favoravelmente à aprovação do Relatório Anual de Atividades da Administração, das Demonstrações Contábeis, bem como da proposta de Destinação de Resultado, que inclui a constituição da Reserva Especial, considerando que o pagamento de dividendo integral é incompatível com o planejamento financeiro da Companhia, devendo o seu saldo ser distribuído assim que o fluxo de caixa da Companhia permitir, se não absorvido por prejuízos em exercícios subsequentes, nos termos dos parágrafos 4º e 5º do art. 202 da Lei nº 6.404, de 1976. Tais matérias serão submetidas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Rio de Janeiro, 8 de abril de 2019.

Ana Carolina Sartori Natal
Conselheira

Flavia Valeska Veiga Oliveira
Conselheira

Charles Carvalho Guedes
Presidente

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário - Exercício Social 2018

Aos Conselheiros de Administração da Petrobrás Gás S.A. - Gaspetro.

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário da Petrobrás Gás S.A. - Gaspetro (Comitê) foi criado na AGE de 29 de junho de 2018 no processo de reforma do Estatuto Social da empresa para atendimento da Lei nº 13303/16. O Comitê é composto por três membros independentes não integrantes do Conselho de Administração da Companhia.

O Comitê reporta-se ao Conselho de Administração e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e atividades do Comitê são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno. A responsabilidade do Comitê está relacionada com a revisão e o monitoramento, dentro de sua capacidade de supervisão, dos processos de elaboração e divulgação de relatórios financeiros e de auditoria da Petrobras Gás S.A. - Gaspetro e da sua controlada GasBrasiliano Distribuidora S.A.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

Na 752ª reunião do Conselho de Administração de 05 de outubro de 2018 os senhores Luiz Henrique Barros, Edison Carlos Fernandes e Reinaldo Guerreiro foram indicados para integrar o Comitê. Na primeira reunião do Comitê, em 08 de outubro de 2018, o Sr. Reinaldo Guerreiro foi indicado como presidente do Comitê.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

O Comitê reuniu-se seis vezes no ano de 2018. Essas reuniões envolveram o Presidente, Diretores e Gerentes da Gaspetro, bem como executivos da empresa controlada GasBrasiliano. As atas da reunião do Comitê foram distribuídas nas reuniões do Conselho de Administração. As principais atividades realizadas no período de outubro a dezembro de 2018 foram:

- Entendimento do modelo operacional e de gestão da participação da Gaspetro nas distribuidoras de gás natural.
- Conhecimento do plano estratégico da Companhia.
- Conhecimento do modelo de governança corporativa da empresa controlada GasBrasiliano.

- Conhecimento das demonstrações financeiras do terceiro trimestre de 2018, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- Reunião com a KPMG Auditores Independentes da Gaspetro.
- Revisão e aprovação do plano anual de atividades de auditoria interna 2019 da Gaspetro.
- Conhecimento das atividades de auditoria interna do ano de 2018.
- Primeira reunião trimestral junto ao CAE da Petrobrás (dez/2018).
- Monitoramento das atividades de governança e *compliance* da Gaspetro e da GasBrasiliano.
- Elaboração da proposta de trabalho para o ano de 2019 bem como o calendário das reuniões.

3. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do CAE, considerando as suas atribuições e limitações inerentes ao seu escopo de atuação observam que:

- Relativamente às empresas Gaspetro e GasBrasiliano, os processos de controle interno; os trabalhos de auditoria interna; o processo de auditoria independente e a gestão dos principais fatores de risco ocorreram sem nenhum fator de destaque.
- A Gaspetro é uma empresa de participações, com investimentos em empresas controladas pelos Estados (distribuidoras de gás natural canalizado), com exceção da Gás Brasiliano Distribuidora S.A., que é uma controlada.
- Há transações relevantes da Controlada e das Coligadas da Companhia com empresas do Sistema Petrobras, principalmente no que se refere à aquisição de gás natural (partes relacionadas).

Nesse contexto, após proceder ao exame e análise das Demonstrações Contábeis acompanhadas do Relatório da Administração da Gaspetro, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e do Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido com opinião sem ressalvas, os membros do CAE recomendam a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 08 de abril de 2019.

Reinaldo Guerreiro
Presidente

Edison Carlos Fernandes
Membro

Luiz Henrique Barros
Membro